

**CENTRO UNIVERSITÁRIO - UNIFAMETRO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**NARA CAROLINE DANIEL WANDERLEY**

**AS CONSEQUÊNCIAS DOS DISCURSOS SOBRE MATERNIDADE NA  
EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE:  
REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

**FORTALEZA**

**2020**

NARA CAROLINE DANIEL WANDERLEY

**AS CONSEQUENCIAS DOS DISCURSOS SOBRE MATERNIDADE NA  
EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE**

**REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

TCC – Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário – UNIFAMETRO, de Fortaleza – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Ma. Lorena Brito da Silva

**FORTALEZA**

**2020**

NARA CAROLINE DANIEL WANDERLEY

**AS CONSEQUENCIAS DOS DISCURSOS SOBRE MATERNIDADE NA  
EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE**

**REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

TCC – Trabalho de Conclusão de curso  
apresentado ao Centro Universitário –  
UNIFAMETRO, de Fortaleza – CE, como  
requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Ma. Lorena Brito da  
Silva

Aprovada em:

Fortaleza, \_\_\_\_, \_\_\_\_. 2020.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Ma. Lorena Brito da Silva - Orientadora  
**Centro Universitário - UNIFAMETRO**

---

Prof. Ma. Gardênia Holanda Marques – Examinador Interno  
**Centro Universitário - UNIFAMETRO**

---

Prof. Dra. Juliana Viera Sampaio - Examinador Externo  
**Universidade Estadual do Ceará (UECE)**

**FORTALEZA**

**2020**

---

W245c Wanderley, Nara Caroline Daniel.

As consequências dos discursos sobre maternidade na experiência das mulheres da contemporaneidade. / Nara Caroline Daniel Wanderley. – Fortaleza, 2020.

36 f. ; 30 cm.

Monografia – Curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro, Fortaleza 2020.

Orientação: Prof. Ms. Lorena Brito da Silva.

1. Mulher - Maternidade. 2. Maternidade - Contemporaneidade. 3. Psicologia. I. Título.

CDD 306.8743

---

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres que resistem diariamente e lutam com sua existência pela sua emancipação. Em especial àquelas que foram jogadas na fogueira por serem consideradas amaldiçoadas pelo simples fato de serem desobedientes á ordem patriarcal que operou e opera até os dias de hoje. E por todas essas resistirei igual.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente aos seres divinos, dos quais desconheço os nomes, mas que sinto diariamente em meu coração intuitivo, pela proteção e benção na caminhada.

À minha família pela base e lugar de acolhimento. Em especial, um agradecimento àquela que me gerou e escolheu me maternar, meu primeiro amor, minha mãe, símbolo de força e de voz. No lar onde reside é matriarca, e nesse lugar aprendi que a vida é complexa e que para vivê-la melhor só sendo sensível e forte. E que se às vezes eu não estiver assim, forte, tudo bem também. Ao meu pai, com sua fala pontual que representa descrição e confiança, pelo cuidado de me acompanhar diariamente ao ponto de ônibus que me conduzia ao destino da universidade, e esse destino me destinou até aqui.

Ao meu parceiro de vida e caminhada amorosa, Daniel, que com sua racionalidade e sensibilidade sempre me impulsionou a ser mais e maior, tanto no âmbito acadêmico, como na vida. Agradeço pela lucidez e leveza que me ensina.

Estando sempre atenta às peculiaridades, muitas dessas serviram de inspiração, como os jantares e vinhos servidos no final do dia pela minha querida amiga Dani, sempre doce e cuidadosa comigo. Agradeço pelas diversas discussões e desconstruções que vivemos juntas, ver o seu aflorar foi um alento. À minha irmã que a vida me deu, Luana, pelas conversas através da janela, pelos risos e escuta amiga, principalmente por ter compreendido as minhas inconstâncias, por me amar por tudo que sou e principalmente por sermos unidas pela liberdade. Somos tão igualmente diferentes e diferentemente iguais. A minha amiga e comadre, Camilla, que me concedeu a honra de ser madrinha de seu filho, Enzo, a criança mais amável e inteligente que conheci na minha pouca vida, e isso é reflexo de tudo do que você é como mulher e como mãe. Inclusive, foi a sua maternidade que me despertou curiosidade, ver alguém tão dona de si ter que ser alguém para um outro que depende foi intrigante e estimulante. Perto ou longe, sempre foi escuta acolhedora.

Às minhas amigas da Universidade, que se estendeu pra vida e que abraço com todo meu amor, Julia, Clara e Layla, que assim como eu, foram atravessadas por toda complexidade e desafios que o caminho acadêmico detém. Júlia pela parceria, carinho e gargalhadas, Clara pela forma afetuosa e risada fácil que torna

qualquer assunto em leveza e a Layla, que esteve comigo desde o primeiro dia, pela liberdade, força e praticidade de lidar com as diversidades. Me orgulho por estarmos encerrando o trajeto juntas. Sem vocês, todo esse movimento não teria o mesmo significado.

Agradeço afetosamente todo apoio e paciência da minha orientadora, Prof. Ma. Lorena Brito, que foi escolha acertada. Mesmo em situação atípica e em formato desafiador, acolheu e enriqueceu essa pesquisa de forma respeitosa, permitindo-me liberdade de tempo e de escrita.

Meus agradecimentos se estende á todos àqueles que estavam comigo direta ou indiretamente nesse percurso. Obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar as consequências dos discursos sobre maternidade na experiência das mulheres na contemporaneidade. Para tanto, buscou-se compreender a relação das mulheres com a maternidade ao longo da história e descrever os discursos religiosos, biomédicos e feministas sobre maternidade, problematizando assim os efeitos desses discursos no modo como as mulheres, mãe e/ou não mães pensam sobre esse tema na contemporaneidade. Optamos em termos metodológicos, por utilizar a revisão narrativa de literatura, com a técnica de análise de discurso que serviu de elemento articulador para a formulação da compreensão desses discursos, e de como estes operam na existência das mulheres. Concluímos a necessidade ainda pertinente de que a maternidade seja analisada e discursada como uma experiência plural, e que essas produções de que a maternidade é um dever do qual todas as mulheres estão naturalmente inclinadas de exercer, impõe uma carga moral da qual ela não pode reivindicar e se desvincular sem antes sofrer retaliações.

**Palavras-chaves:** Maternidade e Religião; Mulher e Contemporaneidade; Maternidade e Feminismo; Maternidade e História.

## ABSTRACT

The present work has to analyze the consequences of the speeches about motherhood in the experience of women in contemporary times. Understanding the relationship of women with motherhood throughout history. Describing the religious, biomedical and feminist speeches about motherhood and problematizing the effects of these speeches on the way it crosses women, mothers and / or non-mothers in contemporary times. Therefore, we chose in methodological terms, to use the narrative review of literature, with the technique of discourse analysis that served as an articulating element for the formulation of the understanding of these speeches and how they operate in the existence of women. We conclude the still pertinent need for motherhood to be analyzed and discussed as a plural experience and that these productions of which motherhood is a duty that all women were naturally inclined to exercise, impose a moral burden that she cannot claim and disengage without first retaliating.

**Keywords:** Maternity and Religion; Women and Contemporaneity; Maternity and Feminism; Maternity and History.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
2.1 Etapa - Identificação do tema e elaboração da pergunta norteadora: .....	13
2.2. Etapa - Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão: .....	13
2.3 Etapa - Coleta de dados: .....	14
2.4 Etapa - Análise críticas dos estudos incluídos: .....	15
2.5 Etapa - Discussão/Resultados:.....	15
<b>3. MULHER, MATERNIDADE E SEU DESDOBRAMENTO HISTÓRICO .....</b>	<b>16</b>
<b>4. ALGUNS DISCURSOS SOBRE MULHER E MATERNIDADE: DIMENSÕES RELIGIOSAS, BIOMÉDICAS E FEMINISTAS .....</b>	<b>19</b>
4.1 Mulher e religião: santa ou pecadora.....	19
4.2 Corpo Feminino e a Medicina: uma apropriação .....	21
4.3 Maternidade e feminismo .....	23
4.4 Mulheres e Contemporaneidade.....	25
<b>5. SOBRE OS DISCURSOS, AS MARCAS E OS MODOS DE EXPERIMENTAR (OU NÃO) A MATERNIDADE.....</b>	<b>28</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Inicialmente o que me moveu no desenvolvimento desse trabalho foi minha aversão à noção da maternidade, não a maternidade propriamente dita, mas aos discursos que como mulheres nos deparamos a vida toda. A concepção de ser mãe ainda é romantizada e isso despertou a necessidade de mergulhar nas diversas facetas do que é ser mulher na nossa sociedade, conseqüentemente. Percebemos que é um tema pouco debatido no ambiente acadêmico, apesar da relevância. Por que vemos mulheres levando os filhos para o trabalho, faculdade, e não os homens? Por que as mulheres docentes se ausentam das atividades e não vemos os homens docentes se ausentarem também? São essas e outras inquietações que fez com que iniciássemos o presente trabalho.

A condição humana dentro de sua complexidade é algo que vem sendo questionado desde os primórdios da filosofia, e a maternidade dentro dessa condição pode ser considerada como algo peculiar e que sofreu diversos significados de acordo com a época que estava inserida. Segundo Aguiar et. al. (2011), a maternidade é compreendida pelo senso comum como algo que nasce pré-programado na mulher, pelo simples fato do sexo feminino poder assim gerar um feto e concebe-lo. No entanto, a maternidade não se resume a um posto biológico, senda essa concepção influenciada pelo discurso da medicina, que se apodera de determinados temas e a reduz á condição orgânica.

Nesse sentido, podemos compreender que essa ideação por si só ignora essa mulher, dentro desse papel de mãe, de sua singularidade, como se esta deixasse de ser sujeito e fosse tomada somente como objeto dessa função materna. Para além da tendência biológica, existe também uma noção de caráter sentimental ao que se refere à relação mãe-filho, e está constantemente relacionado a uma percepção de feminilidade e a uma suposta satisfação e plenitude.

A partir disso, compreendemos que para mulher, essas representações que foram construídas podem perpassar dentro delas uma noção incorporada de identidade e outras diversas definições que tem de si mesmas mediante a sociedade e aos discursos até então presentes (SOUZA, 2015).

A experiência que através dos discursos do senso comum é extremamente romântica também pode acontecer de maneira muito sofrida para algumas mulheres, o que não quer dizer que não aconteça de forma alegre para outras. A questão que queremos trabalhar é como a mulher compreende essa maternidade mediante essas

construções sociais e como isso se configura em seu “ser mulher” que está de diversas formas associado a essa função de materna (AGUIAR, ET. AL. 2011).

Indiretamente, associa-se que a abdicação desse sujeito (mulher em sua singularidade), a sua anulação e a sua completa dedicação e devoção ao filho é sinônimo de ser uma mulher e mãe por excelência, concepção essa que sofreu influência de diversos discursos, principalmente o religioso. Há então o feminismo, que inclusive, foi uma das vertentes que questionaram e questionam esse papel. Na década de 50, o feminismo radical defendia que a função materna estava estritamente relacionada à opressão, pois entendiam que isso a domesticavam e assim se limitava as concepções cristãs e patriarcais da época (VÁSQUEZ, 2014).

No início da década de 70, surge um novo questionamento ao significado de ser mãe através do que era considerado o feminismo igualitário, sendo entendido assim como um potencial único e exclusivo das mulheres, por conseguinte, o que era entendido como um defeito passou a ser considerado como uma escolha válida das mulheres e não mais um papel de submissão, ou seja, que foi levantado a partir disso não era mais a maternidade em si, mas como os discursos sociais eram atribuídos a essa maternidade. Os questionamentos se voltaram para desconstrução da concepção de maternidade e não a abominação de tal (VÁSQUEZ, 2014).

De acordo com Colares e Martins (2016), há uma crescente mudança de atitudes das mulheres nas escolhas de serem mães, muitas vezes priorizando sua estabilidade financeira, sua autonomia e sucesso profissional, para assim decidir se quer ou não desempenhar esse papel de ser mãe. Entretanto, ainda sim, atualmente, é compreendido com estranheza e às vezes como algo antinatural, quando uma mulher decide por não querer viver essa maternidade, sendo vista muitas vezes como um ato egoísta, colocando-a em uma posição de ser “menos mulher”.

O que podemos afirmar até o devido momento é que reduzir a experiência da mulher a suas questões orgânicas e aos impostos sociais é ignorar o sujeito e toda sua complexidade, e a partir disso, queremos com essa pesquisa responder: Quais as consequências dos discursos sobre maternidade na experiência das mulheres na contemporaneidade?

O presente trabalho tem como metodologia a revisão narrativa de literatura com a técnica de análise de discurso. Logo, o interesse no tema surgiu da

curiosidade de compreender essa relação da maternidade, não somente pela perspectiva social e da mulher, mas como isso implica na vida desta. Acredita-se ser um tema enriquecedor e válido por envolver e levantar as questões que por muitas vezes ignoramos por estarmos tão cristalizados ao que nos é socialmente impostos. A ideia de problematizar com isto são à base da escolha desse tema.

Sendo os objetivos o passo fundamental para a delimitação da pesquisa, foram desenvolvidos e apresentados da seguinte forma:

**Objetivo geral:** Analisar as consequências dos discursos sobre maternidade na experiência das mulheres na contemporaneidade.

**Objetivo específico:** Compreender a relação das mulheres com a maternidade ao longo da história. Descrever os discursos religiosos, biomédicos e feministas sobre maternidade. Problematizar os efeitos desses discursos no modo como isso atravessa as mulheres, mãe e/ou não mães na contemporaneidade.

No decorrer da leitura, respectivamente se apresentaram os capítulos 'Mulher, maternidade e seu desdobramento histórico', que introduz concepções históricas do significado do 'ser mulher' e quais os discursos influenciaram para tal. Em seguida, os discursos religiosos, biomédicos e feministas se apresentam e explicitam como foram construídas as noções de mulher e mãe que temos hoje como referência na sociedade Ocidental, sendo segmentado pelo tópico 'Mulher e Religião: santa ou pecadora'; 'Corpo feminino e a Medicina: uma apropriação' e finaliza com o discurso 'Maternidade e feminismo', sendo este o principal discurso que questiona todos os demais que foram citados anteriormente.

O capítulo 'Mulheres e contemporaneidade: uma discussão', problematiza as possíveis consequências e influências que atravessam as mulheres contemporâneas. Finalizo essa pesquisa com as minhas devidas considerações a respeito de tudo que perpassou e ecoou nesse tema tão rico e necessário. Convido você leitor a mergulhar nessa aventura que é compreender as consequências dos discursos sobre maternidade na experiência das mulheres da contemporaneidade.

## **2. METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, sendo esta uma das abordagens mais amplas que permite fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas, tornando-se apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento de determinado assunto de forma qualitativa, através da perspectiva teórica e contextual, permitindo também a análise crítica do autor.

A escolha desse método se deu por permitir maior autonomia de quem realiza a pesquisa no caminho de leitura e aprofundamento teórico – a partir de textos de referência da área, fui escolhendo outros textos que eram também respaldados por estudiosas deste campo.

Mediante a apresentação do método, seguiremos a pesquisa com análise de discurso referente ao tema escolhido e todas narrativas que englobam a questão aqui apresentada. Considerando isso, a pesquisa será desenvolvida a partir de alguns critérios, sendo eles apresentados a seguir.

### **2.1. Etapa - Identificação do tema e elaboração da pergunta norteadora:**

Iniciamos com a identificação do tema e a elaboração da pergunta que norteou a pesquisa para revisão narrativa de literatura. Delimitou-se o tema – As consequências dos discursos sobre maternidade na experiência das mulheres na contemporaneidade. Para partir disso, responder: Quais as consequências dos discursos sobre maternidade na experiência das mulheres na contemporaneidade?

### **2.2. Etapa - Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão:**

Essa construção se deu a partir de uma seleção de materiais que tem o intuito de proporcionar a validação da Revisão. Fora utilizada material bibliográfico e de literatura científica pelo acesso a base eletrônica: SCIELO. Os descritores utilizados para busca de dados foram: “Maternidade e Religião”, “Mulher e Contemporaneidade”, “Maternidade e Feminismo” e “Maternidade e História”.

Os estudos encontrados nas bases de dados foram avaliados seguindo alguns critérios de inclusão: artigos publicados em português, artigos que retratassem a temática definida, estudos que tenham abordagem qualitativa, não há restrição quanto à data de publicação.

Alguns critérios de exclusão foram considerados: Artigos que apresentam somente discursos biomédicos/biológico acerca do tema e todos os demais que não correspondem aos critérios de inclusão estabelecidos.

Sendo a revisão narrativa de literatura um instrumento que permite o pesquisador entrar em contato com amplas formas de estudos escritos e publicados acerca de um tema, possibilita-se assim á busca por materiais também bibliográficos. Foram utilizados dois livros que influenciaram excepcionalmente para o conhecimento e aprofundamento relacionado ao tema aqui trabalhado. Ambos os livros tratam de assuntos que envolvem mulheres, construções sociais e noção de maternidade, e os mesmos serão apresentado ademais, na etapa 2.3 – coleta de dados, a tabela de síntese do conteúdo selecionado.

### 2.3 Etapa - Coleta de dados:

Para definição das informações extraídas dos estudos, foi necessária a utilização de instrumentos que foram previamente estabelecidos. Inicialmente, a leitura dos resumos dos artigos encontrados facilitou a aplicação dos instrumentos. Foram utilizados tabelas de fichamento que auxiliaram na sistematização das leituras.

Segue tabela com os textos selecionados para análise:

TÍTULO	AUTOR/ANO	FONTE
Um amor conquistado: o mito do amor materno.	Badinter, E. 1980	Bibliográfica
Medicalização do corpo feminino.	Vieira, E; M. 2002	Bibliográfica
A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos.	Moura, S. M. S. R; Araújo, M. F. 2004	Scielo
As transformações do papel da mulher na contemporaneidade.	Costa, I. H; Androsio, V. O. 2010	Scielo
Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural.	Vásquez, G. 2014	Scielo
Maternidade: uma construção social além do desejo.	Colares, S. C. S; Martins, R. P. M; 2016	Scielo
Maternidade além do ventre.	Ritz, C. D. A; 2017	Scielo
Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem.	Vieira, C. A. L; Ávila, A. A. 2018	Scielo

**Tabela** de síntese dos 8 artigos selecionados para esta pesquisa.

#### **2.4 Etapa - Análise críticas dos estudos incluídos:**

Foi realizada a técnica de análise de discurso, para melhor compreensão do que perpassa as conjunturas acerca do tema. O objeto de estudo dessa técnica de análise é a análise de discurso. De acordo com Caregnato e Mutti, (2006), “a análise de discurso tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, verbais ou não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação”. (p.680). Assim, analisamos o texto e todo o contexto que produz o texto.

#### **2.5 Etapa - Discussão/Resultados:**

Foi discutido a partir da interpretação e da análise minuciosa da pesquisa, relacionando ao referencial teórico. A pesquisa foi composta por sessões que foram apresentadas de forma que se inicia pela introdução que como o título já diz, introduz o leitor a compreender as concepções iniciais do tema, seguindo por objetivos, que agrega o esqueleto da pesquisa, e metodologia, que apresenta os passos dados e as informações principais sobre a evolução do trabalho, sendo eles mostrados através da pergunta norteadora, critérios de inclusão e exclusão, coleta de dados, análise crítica dos estudos e discussão dos resultados. Pesquisa finalizada mediante considerações finais.

### **3. MULHER, MATERNIDADE E SEU DESDOBRAMENTO HISTÓRICO**

Na História da cultura ocidental, a mulher ocupou uma posição secundária e subserviente. Em sua vida de solteira, as mulheres serviam e obedeciam a seu pai e seus irmãos, e na vida de casada, seu marido. Essa forma de opressão, nesse contexto histórico, foi à base de todo o domínio patriarcal sobre a mulher. Essa compreensão reflete todos os comportamentos e conceitos herdados historicamente (REZENDE, 2014).

Na História foram construídos papéis sociais que caracterizam normas sobre o que é ser homem e ser mulher. Ser mulher e feminina advém de uma construção que definem as mulheres muitas vezes como dóceis, frágeis, passivas e institivamente maternais. No final do século XVII, mediante a alta mortalidade infantil, o Estado convocou mulheres para ser uma das principais responsáveis para combater essa questão, tomando rédeas da criação e dos cuidados aos filhos (VIEIRA, ÁVILA, 2018).

Dentro desse cenário, a mulher tinha a função de conservar os bens materiais da família, garantir a sobrevivência dos filhos, e permanecer submissa ao homem, que era considerado o chefe da família. A mulher se tornou a ferramenta do Estado para a perpetuação desse ideal, e com isso noção de feminilidade sofreu uma transformação histórica. Deslocando nesse momento a autoridade paterna, para o amor materno, fixando a mulher a essa papel de esposa e mãe (VIEIRA, ÁVILA, 2018).

No século XVIII, houve uma modificação profunda na forma de pensar as diferenças entre homens e mulheres. Para a mulher ser considerada adequada, teria que abrir mão de qualquer desejo pessoal, dedicando-se exclusivamente a vida privada, se tornando a uma figura da mulher-mãe como base da família, com responsabilidades que girava em torno dos filhos e do marido, a partir disso, a posição social da mulher que exercia a maternidade foi redefinido (VIEIRA; ÁVILA; 2018).

As responsabilidades maternas se ampliaram, e com isso houve uma crescente valorização dessa noção de “boa-mulher-mãe”, sendo respeitada desde que não ultrapassasse seu domínio doméstico, e as mulheres que se recusavam a seguir essa ordem vigente da maternidade eram estigmatizadas e patologizadas, ocasionando uma enorme culpa na mulher além de uma sensação de

“anormalidade”, visto que contrariava o que era considerado a natureza feminina. (VIEIRA, ÁVILA, 2018).

A figura da mulher, mediante dessa nova configuração do que é ser boa mãe, entendida como devota ao lar, passou a ser vinculada a submissão tanto na dimensão privada, quanto ao poder do Estado. De acordo Vieira e Ávila, (2018) “entendemos o corpo da mulher, nesse cenário, como instrumento para a consolidação de um processo de eugenia buscando a produção de sujeitos sadios e competentes para perpetuação da sociedade”.

O Estado fomentava a importância do ensino feminino ao cuidado doméstico, com intuito de estimular nas mulheres seu instinto materno. Basicamente, a proposta de educação das mulheres era de que tudo isso englobava a natureza feminina, e esse entendimento deveria ser passado para os filhos, principalmente para as filhas, que seriam preparadas para exercer esse futuro papel que as aguardava, de serem mães e esposas por excelência. Essa educação instituída para mulheres perpassava por diversos setores da sociedade, e para que esse ideal fosse incorporando, foram utilizados discursos que convocavam a sacralidade da maternidade, associando a imagem de Maria, mãe de Jesus, passando pelo discurso médico que justificava que a função materna era de base biológica do sistema reprodutor feminino. (VIEIRA; ÁVILA; 2018).

Notadamente, as mulheres foram perpetuadas por noções universais, tanto pelo Estado como pela religião, e dentro do movimento feminista isso não foi diferente, levando em consideração que o movimento feminista foi liderado inicialmente por mulheres brancas, de classe média e em grande maioria, acadêmicas (CARNEIRO, 2003).

A consequência dessa visão eurocêntrica e universalizante das mulheres fora à incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdade que envolve a existência dessas mulheres outras. Mulheres silenciadas, com seus corpos estigmatizados, que são atravessadas por outras formas de opressão além da opressão de gênero. Foi necessário uma reelaboração das políticas e discursos feministas. (CARNEIRO, 2003).

Assinalamos que houve uma insuficiência teórica no que se refere à identidade branca e ocidental de formulação clássica feminista com uma prática política que integre as múltiplas expressões do feminino que foi construído na

sociedade, que envolve perspectivas específicas do que é ser mulher. Foi necessário reconhecer, por exemplo, que grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras possuem demandas específicas que não podem ser tratadas sob o pressuposto da questão de gênero exclusivamente (CARNEIRO, 2003).

Nesse processo dialético, o feminismo promove por um lado, a afirmação das mulheres como sendo novas sujeitas políticas, e por outro lado, exige o reconhecimento de que no meio dessas mulheres não se predomina exclusivamente a opressão de gênero, há diversidade e desigualdades que também operam. De acordo com Carneiro, (2003), p. 120, *apud* Gonzáles:

As concepções do feminismo padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presente na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.

Outra consequência dessa problemática é o alto índice de esterilização em mulheres negras, principalmente em mulheres de baixa renda. A maioria das mulheres que recorriam a esse procedimento, o faziam, pois não encontrava no sistema de saúde a oferta e a diversidade de métodos contraceptivos, o que ocasionava essa decisão radical que exclui a possibilidade de terem filhos. Inclusive, isso foi um tema de bastante discussão, ao ponto de culminar em um projeto de Lei nº 209/91, que regulamentou a prática (CARNEIRO, 2003).

#### **4. ALGUNS DISCURSOS SOBRE MULHER E MATERNIDADE: DIMENSÕES RELIGIOSAS, BIOMÉDICAS E FEMINISTAS**

Existem alguns estereótipos relacionados ao ser mulher, e dentre eles se destaca a associação de feminilidade com a maternidade, como se isto fosse à representação máxima atingida do ser mulher. E essa representação de feminilidade é perpassada por um conjunto de concepções idealizadas, que mescla ideais de gênero, sexualidade e de diretrizes naturalizadas do sexo biológico feminino. Esses ideais foram construídos através de discursos de grande influencia na cultura ocidental, e dentre eles em especial a medicina e a religião, e ambos questionados pelo movimento feminista (VASQUÉZ, 2014).

A medicina, que foi consolidada em meados do século XIX, sendo considerada fonte de verdade absoluta a tudo que se refere o corpo humano, teve forte influencia sobre a concepção de maternidade ideal, sendo justificada de que isso traria benefícios para mulher e para sociedade (VASQUÉZ, 2014).

A religião, que no ocidente é majoritariamente cristã, tinha forte relação com o Estado, inclusive era responsável por garantir disciplina e executava tarefas administrativas que hoje é função do Estado. A Igreja operava em manutenções de Hospitais, por exemplo, as Santas Casas, e em troca o Estado concedia nomeações de bispos e párocos, e cedia espaços para criação de novas igrejas, ou seja, o Estado e a Igreja se articulavam juntos. E em toda História ocidental, a religião não só influenciou em aspectos políticos e sociais, todo seu discurso teve influência significativa sobre o ideal feminino e conseqüentemente o materno (VASQUÉZ, 2014).

O feminismo, movimento importante, se articulou para questionar essas concepções, e inclusive, de forma não homogênea apresentou concepções sobre a maternidade, e dentro do movimento essas perspectivas sofreu diversas mudanças (COLARES; MARTINS; 2016).

Desta forma acredito que esses são os eixos norteadores para construção deste debate, já que todos esses discursos ainda se apresentam fortemente na atualidade. E tais discursos serão explicitados doravante.

##### **4.1 Mulher e religião: santa ou pecadora**

A história da família ocidental apresenta o poder paterno acompanhada de autoridade marital. Dentro do contexto familiar o pai tem função de chefe, e como tal

exerce funções de punição e julgamento, e tem como responsabilidade principal a boa conduta frente à sociedade, tanto de si como dos membros da família. Essa representação permaneceu quase que inalterada durante toda a Antiguidade, modificando somente após a chegada de Jesus Cristo, que tinha como princípio revolucionário o amor, estabelecendo que não houvesse então hierarquia dentro do âmbito familiar, tornando a esposa e os filhos seus companheiros e não seus escravos. A partir disso, Cristo reforçava a ideia de igualdade, fazendo do casamento uma instituição sagrada, determinando o fim do poder do marido perante da família e também o fim da poligamia. A mensagem de Cristo era clara, marido e mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos deveres no que se refere a criação dos filhos (BADINTER, 1985).

No entanto, apóstolos e teólogos interpretaram essa mensagem ao seu modo, modificando a palavra de Cristo e principalmente, a condição da mulher. A Igreja concedeu alguns direitos às mulheres, porém, eram mulheres de classes superiores, as demais ficavam a risco de sofrer correções do marido, ou seja, os poderes do marido e do pai permaneciam inalterados, e o motivo disso era que a sociedade tinha como princípio base à autoridade. (BADINTER, 1985)

A bíblia, que inicia seus textos em Gênesis, relata basicamente a ideia de que Deus fez o homem (Adão) e que de sua costela fez a mulher (Eva). Eva seria a responsável pelo pecado, já que ela comeu o fruto proibido e ofereceu a Adão. Esse pecado trouxe maldições a ambos, porém, a mulher sofreria muito mais, sentindo dor para parir, e principalmente, tendo que ser por toda sua vida obediente ao marido, já que ele detinha todo o domínio. Adão foi punido para trabalhar arduamente e se tornar mortal, assim como Eva. A imagem de Eva foi associada à fraqueza, culpa, pecado da carne e da vaidade, sendo a responsável por corromper o homem, assimilando-a ao demônio tentador, e com isso Eva se tornou a representação do Mal. (BADINTER, 1985).

A imagem de Eva perpetuou pela tradição da Igreja, e essa ideia exerceu um papel importante na condição feminina. Havia um segundo texto, feito pelo apóstolo São Paulo, que defendia que as mulheres e os homens tinham os direitos e deveres, no entanto se tratava de uma igualdade entre pessoas, o que não excluía uma hierarquia familiar. O homem continuava a ser o chefe do casamento, pois foi criado primeiro, o que significava que era superior, e ainda deu origem a mulher, caberia a

ele o poder de autoridade. São Paulo entendia que a mulher tinha poder de persuasão, mas que competia a ela somente amor e respeito ao marido (BADINTER, 1985).

Na história da teologia, há também outra figura importante que representa um ideal de feminilidade e maternidade. Maria, mãe de Jesus, era muito devota, se apresentava para todos como uma mulher do qual as pessoas poderiam recorrer muitas vezes. Dessa forma, Maria se tornou um símbolo de boa mãe, aquela que se anulava e se dedicava a todos de forma amorosa, aquela que tudo suporta, e que mesmo de depois do parto, ainda era uma virgem. Maria estava livre do pecado original, o que a difere essencialmente de Eva, se tornando representações opostas do que é ser mulher. Eva e todas as mulheres sofreriam a dor do parto, sendo isso uma maldição lançada pela consequência do pecado de Eva. Maria não sentiu dor alguma, ou seja, aparentemente, aquela que é devota, subserviente e virgem, não é punida (VASQUEZ, 2014).

O campo religioso católico teve forte influência sobre a história da mulher, e conseqüentemente na maternidade. Criando-se uma ideal de mulher/mãe, dividindo não tão sutilmente as mulheres em dois contextos, ou são pecadoras como Eva, ou Santas como Maria. Caberia à mulher ser uma excelente mãe, colocando seu filho e a família em primeiro lugar de sua vida, anulando-se, sendo sempre generosa, recatada, acolhedora e principalmente, obediente. Todavia, não somente o discurso religioso teve influência nessas representações. No século XIX a medicina se tornou a fonte da verdade e da ciência, e conseqüentemente, teve poder nas concepções sobre o que é ser mulher e mãe ideal (VASQUEZ, 2014).

#### **4.2 Corpo Feminino e a Medicina: uma apropriação**

A partir dessa nova ótica de “racionalidade científica moderna”, o corpo, a saúde e a doença se tornam instrumentos da medicina, servindo como objeto de conhecimento científico. A medicina opera através de experiências palpáveis, não considera questões subjetivas. Por meio da higiene pública a medicina justificou e estabeleceu sua existência na sociedade e isso implicou em um novo saber e prática social (VIEIRA, 2002).

A medicina como saber científico e com o estabelecimento dessa nova prática social conseguiu reelaborar as representações sociais, medicalizando a sociedade, e principalmente o corpo feminino, focalizando particularmente na reprodução

humana, baseando-se na biologia para naturalizar a condição feminina. (VIEIRA, 2002).

No século XIX há o surgimento da obstetrícia e ginecologia, especialidade clínica que garante desempenhar cuidados especificamente sobre o sofrimento feminino. Essa articulação traz uma questão fundamental voltada para o entendimento da função feminina no que se refere a sua capacidade de reprodução, somado ao poder do Estado, a medicina tem uma nova proposta: controlar suas populações. (VIEIRA, 2002).

Atravessando as concepções de higiene, o controle social foi o dispositivo que se estendeu dos espaços públicos para o privado, concentrando-se na higienização da família, das mulheres e das crianças. Essa transformação significa sobre tudo a transferência do foco da doença para a saúde. Como resultado, as determinações biológicas e as determinações sociais passaram a ser considerada como leis que deverão reger a sociedade, considerando a ciência médica para além de tudo, uma ciência social. O médico passa então a ser o detentor de um saber social, tornando-se um instrutor da moral e dos bons costumes. (VIEIRA, 2002).

Sobre a introdução da prática médica no que se refere aos nascimentos e sua legitimação:

A prática dos cuidados com o corpo feminino, considerada como competência exclusiva dos médicos, irá desenvolver-se, organizar-se, enfim, legitimar-se. A história da apropriação do corpo feminino pelo saber médico foi efetivamente marcada pelo desenvolvimento de um conhecimento cirúrgico e tecnológico promovido pela aproximação com o momento do parto, a partir do qual esse saber se ordena e se sistematiza com o nome de obstetrícia. (...) Será também a partir da obstetrícia que irá se promover a expansão da assistência médica à gravidez e ao parto, através dos serviços e programas específicos (VIEIRA, 2002. p.23).

O aprimoramento e o controle sobre esse corpo feminino foi o que permitiu essencialmente o desenlace dos problemas fundamentais para a sobrevivência das mulheres e das crianças, essa emersão acontece em um momento em que a manutenção da vitalidade e da saúde é crucial para reprodução social. (VIEIRA, 2002).

Foi inserida nesse contexto a medicalização do corpo feminino, com a ampliação técnica da medicina forma-se a manutenção da sociedade, no que se concerne questões de saúdes reprodutivas, utilizando de respaldo científico para justificar as intervenções nesse corpo que será manuseado como estratégia social.

Desempenhando essa lógica, o corpo feminino se torna uma entidade biológica, e resume-se a sua condição orgânica. (VIEIRA, 2002).

Toda essa estrutura médica propõe e compreende que o corpo feminino só é saudável e “normal” caso as mulheres estiverem sexualmente atreladas ao matrimônio com finalidade de reprodução. Fora dessa estrutura e desse modelo, as mulheres era consideradas desviantes, e o sexo extraconjugal, assim como a masturbação, significariam alguma patologia. (VIEIRA, 2002).

O campo médico instituiu uma concepção de mulher ideal, e para tal, seria necessariamente maternal, e apesar de terem se tornado alvo de políticas públicas, não seria sua subjetividade, e seu lugar como sujeita mulher que seria importante, e sim o caráter materno que englobava tanto o discurso médico quanto o religioso, e a sua capacidade de gestar deixou de ser assunto particular na vida feminina e se tornou esfera pública de forma politizada. Vasquez, (2014) aponta:

A politização da maternidade e até mesmo dos corpos grávidos ganham espaço no contexto de artefatos específicos como revistas ou jornais que estavam dispostos a divulgar o saber médico sobre a maternidade. Este fato demonstra a importância que a medicina assume, ocupando posição de destaque nos processos de constituição de sujeitos contemporâneos e suas subjetividades (...) definindo-se como o saber que respondia de forma absoluta as dúvidas femininas sobre o processo de gravidez e cuidados com os bebês (p.172).

Todas essas considerações a respeito do campo feminino que perpassam tanto no campo religioso como no médico, efetivaram uma supervalorização da maternidade e conseqüentemente normatizaram diversas concepções relativas à sexualidade feminina. O movimento feminista se inquietou com essas construções e passou a questionar essas “determinações” da suposta função feminina exercida pela maternidade e principalmente a ideia de felicidade e completude que perpetuava esse pensamento. Contestar esses discursos não foi tarefa fácil, principalmente porque o feminismo não apresentou nenhuma homogeneia a respeito, levando em conta a complexidade e todos os fatores que estavam enraizados acerca da maternidade. (VASQUEZ, 2014).

### **4.3 Maternidade e feminismo**

A epistemologia feminista tem como pauta a crítica ao modelo referencial de homem, branco, heterossexual e trás críticas também a noção de ser mulher dentro dessa compreensão patriarcal. O feminismo opera através de um modo alternativo de pensar e questionar, articulando seu movimento mediante todas as diferenças

que marcam homens e mulheres, sendo elas as desigualdades raciais, de classe, de gênero, dentre outras (SCAVONE, 2008).

Na primeira onda do feminismo, conhecido como feminismo igualitário, que se estendeu até as primeiras décadas do século XX, foi adotado uma posição ainda maternalista. O movimento, até então, reivindicava no que se referem os direitos da mãe, com o exemplo da incorporação dos direitos trabalhistas como uma luta pela criação da licença maternidade. Nessa perspectiva, as feministas ainda se focavam na forma como poderia ser exercida essa maternidade, não sendo questionada como os discursos sobre essa maternidade impactavam nas mulheres. (VASQUEZ, 2014).

Na segunda onda do feminismo, após o período pós-guerra, as feministas passam a questionar a relação da mulher com a maternidade, refutando o “determinismo biológico” que forçavam as mulheres a essa função de serem mães. Defendiam que a maternidade era uma forma de dominação patriarcal e que exercer esse papel de ser esposa e ser mãe era uma forma de ausentar as mulheres dos espaços públicos, confinando sua vida a um espaço privado e a uma dominação e dependência masculina. E nesse período houve mudanças significativas que foram reivindicadas, desde o direito ao voto feminino até o divórcio. (VASQUEZ, 2014)

A revolução sexual com surgimento da pílula anticoncepcional e a entrada das mulheres no mercado de trabalho se tornou algo de crucial importância, para as contribuições dos questionamentos das condutas da época. Foi nesse contexto político, econômico e cultural que o feminismo entrou em cena em sua maior força, incluindo os questionamentos as ordens biológicas que perpassavam a diferenciação dos gêneros ocasionado uma espécie de subordinação feminina, consequência da dominação masculina, por sua vez, a luta buscava a libertação das mulheres. (VASQUEZ, 2014).

Simone Beauvoir, personagem importante do movimento feminista, negava a maternidade mediante a imposição da lógica maternalista da época, cuja mãe ignora a si como sujeito, para ser apenas objeto materno para seu filho, e essa negação foi reafirmado por parte das feministas. Nessa fase, o feminismo radical reconhecia a maternidade como um “defeito”, uma dominação masculina, já que confinavam as mulheres aos espaços privados, e o movimento propunha que as mulheres ampliassem seus horizontes em espaços públicos. (SCAVONE, 2008).

Conseqüentemente, o feminismo conseguiu reconstruir as representações sobre a maternidade e desenvolveu uma nova forma de 'identidade feminina', uma vez que até esse dado momento, a maternidade era a ferramenta principal para a construção do ideal feminino, após esses questionamentos, a 'identidade feminina' passou a ser vista de forma mais estendida, conquistando novas potencialidades para as mulheres. (VASQUEZ, 2014)

A partir da década de 70, o feminismo passa a compreender o poder do gestar, o resultado disso foi à aproximação do movimento com as ciências sociais, e com isso, uma nova valorização da maternidade, entendendo que as mulheres poderiam se relacionar com a maternidade sem necessariamente cair na armadilha de dominação do patriarcado, não tendo necessidade de abdicar de seu lugar de sujeito. A maternidade que foi "renegada" dos anos 1950 á 1960, passaram a ser percebida, a partir desse período, como um potencial exclusivo das mulheres. (VASQUEZ, 2014).

Assim, as feministas passam a lutar não somente pelo determinismo biológico da maternidade, mas sim das significações e discursos sociais dados à maternidade. O que se pode entender até o presente momento sobre maternidade, é que este parte de uma junção de elementos, principalmente pela compreensão que a mulher tem de seu corpo no que se refere direito e prazer.

#### **4.4 Mulheres e Contemporaneidade**

Devemos levar em consideração que a contemporaneidade tem características singulares que atravessam essa época. A liquidez, a rapidez, a praticidade, isso são adventos dos avanços tecnológicos, que propunham aproximar gerações, informações e pessoas, no entanto, incongruentemente, estamos cada vez mais distantes, cada vez mais urgentes e cada vez mais engolindo informações e não digerindo-as. Há exposição constante e apelo de imagem, e um capitalismo que transforma a vida, ou seja, subjetividades, em capacidade de trabalhar (AGUIAR, ET. AL. 2011).

Em meio a esse processo, as mulheres se ressignificam e atinge novos modos de ser na sociedade. Mulheres se olham por outras perspectivas, criam novas estratégias, exercem outros papéis e assumem outros desejos, ou melhor, há pelo menos uma tentativa de experienciar esses outros papéis e desejos, considerando que apesar de ser possível vislumbrar essas diversas outras

vivências, escolher caminhos que não sejam estes historicamente construídos, socialmente ainda causa estranhamento (AGUIAR; ET. AL. 2011).

Vamos a um exemplo simples, que é a participação no sistema político, onde apenas homens votavam e eram votados até meados do século XX, no entanto, em 1933, houve eleição na Assembleia Nacional Constituinte, e as mulheres passaram a votar e serem votadas em escala nacional. Esse ainda é um marco importante para a conquista e exercício de cidadania. São ensaios importantes de ocupação dos espaços públicos. (RITZ, 2017).

Apesar desses avanços, devemos pontuar que exercer o papel do voto e poder ser votada não necessariamente signifique que as mulheres estão ocupando esses espaços de forma efetiva e necessária. As mulheres representam 51,8% da população brasileira e 52% do eleitorado, porém ainda são minorias na política. De acordo com os dados do TSE, (2020): “foram eleitas, neste ano, 651 prefeitas (12,1%), contra 4,750 prefeitos (87,9%). Já para as câmaras municipais, foram 9.196 vereadoras eleitas (16%), contra 48.265 vereadores (84%)”.

Fazer parte dos espaços não significa necessariamente valorização, já que também as mulheres ainda estão dentro dos índices de menores remunerações, comparado aos mesmos cargos ocupado por homens. É necessário considerar que para além de baixa remuneração, as mulheres acumulam obrigações domésticas, ocasionando uma dupla jornada de trabalho (RITZ, 2017).

Considerando que historicamente as mulheres eram consideradas a principal responsável pela criação do filho e cuidados com o lar, vem crescendo a quantidade de mulheres que decidem cada vez mais a não terem filhos, e isso perpassa por uma questão de autonomia, mesmo sendo ainda enfrentados preconceitos sociais consequente das concepções históricas enraizadas, as mulheres percebem-se se permitindo outras possibilidades de futuro, que não envolve necessariamente, casamento e filhos (RITZ, 2017).

A representatividade das mulheres na sociedade tem se apresentado para além do contexto restrito de casa, no entanto, o ambiente privado ainda é um local que engloba, como cita Ritz, (2017) “a manutenção de hierarquias androcêntricas”. Todos esses elementos, somado a diversos outros, podem resultar, inclusive, em altos índices de violência doméstica. De acordo com Ritz, (2017) *apud* Souza, (2009, p.21)

O que as mulheres experimentam em casa, é fruto de uma cultura que produz e naturaliza as hierarquias de gênero, que se estrutura no âmbito da família, das escolas, do Estado, da mídia, da religião, dentre outros.

Notadamente, as mulheres avançaram em diversos aspectos, mediante lutas e manifestações, no entanto, muitos aspectos relacionados ao domínio patriarcal se apresentam fortemente. É necessário destacar que esse domínio segue a lógica de opressão, e este se apresenta de maneiras distintas, ou seja, a forma como as mulheres brancas são atravessadas por essa lógica é diferente da forma como as mulheres negras, lésbicas e transexuais são. Podendo, dependendo da sua condição racial e sexual, ser submetidas a uma relação de dupla opressão. (MAYORGA, 2014).

## **5. SOBRE OS DISCURSOS, AS MARCAS E OS MODOS DE EXPERIMENTAR (OU NÃO) A MATERNIDADE**

A compreensão da maternidade mediante contexto histórico foi produzido por diversos discursos que mesclavam noções normativas do que é ser mulher e qual lugar essa mulher deveria ocupar. A maternidade surgiu atrelada como característica inerente às mulheres. O problema se apresenta, pois se associa que existe um ideal de “ser mulher” e esse ideal considera que todas anseiam ou deveriam ansiar se tornarem mães, excluindo as diversas outras formas de existir como mulheres e como mães, como se isso fosse o ápice da existência de uma mulher e de sua completude.

Badinter, (1985), contextualiza que há toda uma estrutura que engloba a história da família ocidental. Essa família é constituída pelo modelo de família tradicional, centralizando o homem como principal responsável de manter a boa conduta frente à sociedade e exercer sua função de punição e julgamento, não considerando as opiniões e posições das mulheres. A autora destaca que isso sofreu uma pequena modificação após a chegada de Jesus Cristo, que pregada igualdade entre homens e mulheres, no entanto, os apóstolos modificaram essa mensagem, cedendo alguns direitos as mulheres, mas nunca centralizando a sua condição.

Isso se deve ao fato de que na Igreja, se entende que Deus fez o Homem e de sua costela se fez a mulher, ou seja, há uma suposta superioridade na criação, aquele que veio primeiro é o superior, e principalmente, é o responsável pela existência da mulher. Vasquéz, (2014) pontua que isso advém das concepções que foram atreladas a duas imagens referência na história do cristianismo, que são respectivamente, Eva e Maria. Eva como pecadora e Maria como santa.

Maria foi escolhida para conceber virgem Jesus Cristo, e como serva obediente disse sim, se tornando referência do que é ser mulher e principalmente, ser mãe, representando a imagem materna de amor incondicional de caráter puro e absoluto e principalmente, anulação. Percebo que esses discursos religiosos, constituíram sim a concepção de que as mulheres que não exerçam a maternidade dessa mesma forma fossem vistas como pecadoras, como desobedientes e menos mulheres, entendendo-as inclusive como seres incompletos, já que na religião se

compreende que o objetivo final da existência das mulheres será sempre o de reproduzir.

Não é coincidência que a sociedade ainda entenda, apesar dos diversos avanços, que a finalidade da função feminina é a reprodução, a mulher que recusa esse posto pode até ser considerada “anormal”. Essas mulheres são interrogadas e consideradas egoístas, dentre outros diversos discursos sutis opressores que se apresentam na sociedade, e é perceptível como o discurso religioso é um grande influenciador dessas concepções, mas não o único, a medicina também foi um grande operador de saber dos corpos femininos.

A medicina promoveu discurso do qual a maternagem é orientada por base científica, sustentou que exercer a maternidade não só promovia bem estar para mulher como para toda a sociedade. O discurso médico, principalmente nas especialidades clínicas de obstetrícia e ginecologia, se apropriou do corpo feminino, ou melhor, se voltou fundamentalmente para o entendimento da função feminina e a colocou, articulado com o poder do Estado que sofria com altas taxas de mortalidade infantil e a higiene básica frágil, no centro de responsabilidade social, já que dependia de seu corpo e de seus cuidados a manutenção da sociedade, no que se refere à saúde reprodutora (VIEIRA, 2002).

Desse modo, o corpo e a subjetividade da mulher são moldados e tomados por discursos intervencionistas de saberes científico e a reduzem para tal, reelaborando as representações sociais baseando-se na biologia para naturalizar essas concepções. Esse discurso também determina uma noção de mulher ideal, e para tal, teria que ser necessariamente maternal.

Todos esses discursos sobre maternidade, no mundo ocidental, impactam no modo de ser mulher-mãe, explorando a sexualidade feminina e o papel social da mulher. É nítido em todos os discursos do ser mulher está atrelado ao ser mãe. No entanto, nos anos 60, houve uma revolução que refutava todas essas determinações, e essa revolução foi exercida pelo movimento feminista, que foi crucial para desconstruir essas concepções.

Vásquez, (2014) aponta que o feminismo refutava esse determinismo biológico e essa maternidade compulsória. As mulheres cada vez mais inseridas no mercado de trabalho e o surgimento da pílula anticoncepcional foram fundamentais para combater e questionar as condutas daquela época. Inicialmente associou a

maternidade á uma forma de opressão, já que prendia as mulheres nos espaços privados, e depois consideraram que a maternidade é um poder único e exclusivo das mulheres, passando não abominar a maternidade e sim questionar os discursos sobre essa maternidade até então compulsória e determinante.

Acredito que entender que as mulheres podem ser livres para optarem ou não pela maternidade e principalmente, entenderem que podem se relacionar com esse processo sem que haja necessariamente a necessidade de abdicar do seu lugar de sujeito, é de crucial importância. E é notório como o movimento feminista foi necessário para podermos entender essa possibilidade de liberdade e emancipação das mulheres.

Não menos importante, é necessário assinalar que as mulheres estão cada vez mais atingindo sua independência, no entanto, ainda a passos lentos, já que há toda uma estrutura enraizada que opera no entendimento dessas mulheres, e que inclusive, essa independência ainda é mais distante para realidade de mulheres negras periféricas, ou seja, apesar dos diversos avanços e conquistas de direitos, ainda estamos distantes de atingir a igualdade que é a base da luta feminista, e isso traz consequências para as mulheres contemporâneas.

As mulheres contemporâneas se ressignificam e atingem novas configurações, cada vez ocupando espaços públicos e cada vez mais independentes, mas isso não acontece de forma tão simples, apesar de tantos avanços, o espaço privado ainda é um espaço de discursos androcêntricos, que inclusive pode resultar em violência doméstica. As mulheres ainda sofrem com dupla jornada de trabalho, e consequência disso é o entendimento de que elas devem ser as principais responsáveis pela educação dos filhos (RITZ, 2017).

Toda essa problematização ainda perpetua e causa impacto nas vidas das mulheres, mesmo aquelas que optam por não serem mães, são atravessadas por essas questões que se apresentam por meio de discursos que exerce poder na cultura ocidental, e principalmente, todas essas conjunturas constitui a compreensão que hoje temos sobre ser mulher e sobre ser mãe. Será que daqui á alguns anos isso será diferente? Pretendo continuar a pesquisar e a me debruçar em todas essas compreensões sempre com intuito de poder trabalhar em prol de melhoria para vida de todas as mulheres, sempre com a proposta de entender cada vez mais as

singularidades que atravessam essas diversas mulheres, sempre pela perspectiva de liberdade e cuidado para com a vida destas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história ocidental é possível perceber como está vinculada a imagem do ser mulher com a maternidade. Como se uma não existisse sem a outra. Isso foi construído de modo a responder as demandas sociopolíticas de sua determinada época.

A compreensão de maternidade é formulada a partir da produção de discursos que ordenam e normatizam a sociedade. A mulher passou a ser construída predominantemente para o artifício da maternidade, sendo este seu destino principal. A construção estabelecida e articulada entre a Igreja, o Estado e a medicina, legitimou a ideia de que a criação dos filhos era de responsabilidade exclusiva das mulheres, e essa justificativa contribuiu para essa noção de feminilidade que estava atrelada a função materna – e a forma de operar essa função também atravessava um ideal.

O corpo e subjetividade das mulheres se tornaram alvos de discursos e práticas ao ponto de predominar a ideia de assumir esses papéis estabelecidos eram de fato inerentes e naturais a condição da mulher, as que não exerciam, eram patologizadas.

O movimento feminista, com a proposta de refutação desses determinismos também sofreu alterações da compreensão da maternidade durante suas lutas. Esse movimento não se mostrou homogêneo em relação a maternidade. Já que em primeiro momento acreditava que exercer a maternidade era uma forma de dominação patriarcal, e em segundo momento entendeu que essa maternidade é fonte de poder exclusivo das mulheres.

Concluimos que essas produções do qual a maternidade é um dever do qual todas as mulheres estavam naturalmente inclinadas a exercer, impõe uma carga moral do qual ela não pode reivindicar e se desvincular sem antes sofrer retaliações.

A generalização dessa ideia de maternidade como algo inerente a mulher alimenta um ideal de sujeito, que mesmo que não seja compartilhado por todas as mulheres, difunde-se no imaginário social de tal forma que promove cobranças e formulam normas em relação ao papel social das mulheres.

Construímos com essa pesquisa uma referencial que permitiu analisar as consequências dos discursos sobre a maternidade na experiência das mulheres na contemporaneidade. Compreendendo a relação das mulheres com a maternidade ao

longo da história ocidental. Para isso, foi necessário descrever os discursos religioso, biomédicos e feministas sobre a maternidade, sendo esses discursos de grande influência da história ocidental. E por fim foram problematizados os efeitos desses discursos no modo como isso atravessa as mulheres, mães e/ou não mães na contemporaneidade.

Para finalizar, é necessário apontar que mediante tudo que foi explicitado, há uma necessidade ainda pertinente de que a maternidade seja analisada e discursada como uma experiência plural. Nem negada e nem idealizada, é primordial que sejam consideradas as múltiplas realidades históricas, sociais e culturais que atravessam a existência dessas diversas mulheres. A partir disso, ela se tornará um elemento constituinte das relações de poder que são formadoras da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado. O mito do amor materno.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SOUZA, Heloisa Regina. **Tornar-se mãe: Maternidade Contemporânea no País Basco.** Civita, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 342-349, abr.-jun./2015.
- COLARES, S. C. D. S; MARTINS, R. P. M. **Maternidade: uma construção social além do desejo.** Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações - Minas Gerais, v. 6, n. 1, p. 42-47, 2016.
- SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais.** REVISTAS FEMINISTAS, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 137-150, 2008.
- VIEIRA, C. A. L; AVILA, Alana Araújo. **Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem.** Gênero, Niterói, v. 18, n. 2, p. 26-47, set./2018.
- AGUIAR, D. T; SILVEIRA, L. C; DOURADO, S. M. N. **A mãe em sofrimento psíquico: objeto da ciência ou sujeito da clínica?.** Esc Anna Nery, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 622-628, jul-set./2011.
- MAYORGA, Claudia. **Algumas contribuições dos feminismos à psicologia social comunitária.** Athena Digital, Minas Gerais, v. 14, n. 1, p. 221-236, mar./2014.
- REZENDE, G. C. V. **Fatores que influenciam as mulheres à maternidade: construto biopsicossocial ou escolha ética?.** Simpósio Mineiro de Assistentes sociais, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 9-16, 2014. Acesso em: 15 abr. 2020.
- RITZ, C. D. A. Maternidade além do ventre. **Annales**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 53-64, nov./2020.
- VIEIRA, Elizabeth Meloni. **Medicalização do corpo feminino.** . 1. ed. [S.l.]: Fiocruz, 2002. p. 9-45.

VÁSQUEZ, Georgiane. **Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural**. Revista Trilhas da História, Paraná, v. 3, n. 6, p. 167-181, nov./2020.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis,, v. 15, n. 4, p. 679-684, nov./2020.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mulheres representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das Eleições 2020**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>. Acesso em: 23 nov. 2020.